

# São Paulo aplicará Cr\$ 64 trilhões

por Célia de Gouvêa Franco  
de São Paulo

O Orçamento do Estado de São Paulo para o próximo ano prevê um total de despesas e de receitas de Cr\$ 93,13 trilhões, segundo o documento enviado ontem pelo governador Franco Montoro à Assembleia Legislativa, cumprindo determinação constitucional que fixa o dia 30 de setembro como o último para a divulgação da proposta orçamentária.

Na prática, como explicou o secretário do Planejamento de São Paulo, José Serra, o total de recursos efetivamente disponíveis é de Cr\$ 64 trilhões, descontando-se verbas com destinação predeterminada, como o pagamento de indenizações (Cr\$ 557 bilhões), serviço da dívida (Cr\$ 11,86 trilhões), transferências a municípios (Cr\$ 1,94 trilhão), etc.

Para a elaboração desse orçamento, o governo tomou como base uma inflação média de 175% e a previsão de crescimento de 6%, a mesma taxa esperada para a expansão econômica do País. Serra explicou ainda que pouco se está contando com os benefícios da reforma tributária de emergência, pois as propostas em estudo vão atender prioritariamente aos municípios e aos estados menos desenvolvidos. São Paulo é, na verdade, o estado que receberá menos, proporcionalmente — apenas 2 ou 3% a mais na sua receita do ICM.

Boa parte dos recursos disponíveis no orçamento será gasto com o pagamento de funcionários públicos: mais de 70% da arrecadação do ICM (que corresponde a 96% da receita própria do estado) será aplicada na folha de pagamentos. Esse percentual, que neste ano chegará aos 82%, de acordo com a Secretaria da Fazenda, poderá ser ainda maior, admitiu Serra, sem fornecer maiores detalhes. Ele afirma que a folha de pagamentos do estado tem crescido muito por força da recomposição salarial e não da contratação de novos funcionários em grande número. Para 1986, a previsão é de gastos com pessoal, inclusive os inativos da Fepasa, de Cr\$ 38,27 trilhões.

A proposta orçamentária enviada à Assembleia estima ainda que a receita do ICM será de Cr\$ 54,66 trilhões, mantendo-se um ritmo firme de crescimento real. Para este ano, estima-se que haja expansão real na sua arrecadação de cerca de 8%, mas, mesmo assim, a receita continuará muito inferior, em termos reais, à obtida em 1980.

De janeiro a agosto, o estado obteve com o ICM 272% a mais do que no mesmo período de 1984, em termos nominais. Estima-se ainda em Cr\$ 4,32 trilhões as operações de crédito a serem levantadas pelo governo no próximo ano, e Serra calcula que o déficit do orçamento ficará entre 2 e 3% em 1986.

O governador Franco Montoro, ao anunciar o envio do orçamento à Assembleia, destacou que foi dada toda prioridade às áreas sociais. Cerca de 73% dos recursos efetivamente disponíveis serão aplicados em saúde, educação, segurança pública, assistência e previdência e justiça. E Serra garantiu que o atual governo está fazendo nessas áreas "muito mais e melhor" do que realizou o governo Paulo Maluf. Ele lembrou, por exemplo, que desde 1967 o estado não construía nenhum hospital, a não ser o destinado à Universidade de São Paulo, com 150 leitos. O governo Montoro está começando a construir doze hospitais apenas na capital. Na área da educação, informou que ao final de 1986 o atual governo terá construído 10.900 salas de aula, mais do que o dobro do realizado por Maluf.

Serra disse ainda que o governo Montoro está gastando melhor o dinheiro público porque não está despendendo recursos em obras desnecessárias, como a Paulipetro, a ponte Rio-Niterói ou o Sambódromo. Apesar com a Paulipetro, lembrou, foram gastos US\$ 500 milhões, sem resultados positivos para o estado. As prioridades do governo vão continuar sendo, portanto, a construção de hospitais, salas de aulas, postos de saúde, estradas vicinais. Ou seja, obras que efetivamente atendem às necessidades da população de São Paulo, segundo o secretário do Planejamento.